

JOACHIN AZEVEDO NETO

(ORGANIZADOR)

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: repertório de referências culturais e históricas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Joachin Azevedo Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: repertório de referências culturais e históricas /
Organizador Joachin Azevedo Neto. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0514-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.146220209>

1. História. 2. Conhecimento. I. Azevedo Neto, Joachin
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* consiste em uma compilação de artigos acadêmicos que lançam importantes e criteriosas reflexões tanto acerca da pluralidade de recortes temáticos, fontes documentais, bem como das múltiplas formas de se buscar compreender sociedades e culturas situadas em variadas temporalidades.

Buscamos inserir a sequência dos textos em uma lógica dotada de certa linearidade a partir dos temas tratados pelos(as) autores(as), mas sem obedecer a esquemas cronológicos rígidos. A complexidade da construção dos saberes históricos aponta para a necessidade de se considerar os diálogos – com rupturas e continuidades – que distintas épocas mantêm. Leitores dessa publicação terão contato com discussões historiográficas em torno da História do Direito, de práticas escravistas e formas de resistência negra pelo viés decolonial. A História das Mulheres, campo de investigações extremamente urgente para a atualidade, também foi aqui contemplado com estudos relevantes. Nesse mesmo diapasão, a História da Música e das Artes receberam merecido destaque nas páginas seguintes. Identidades, formação docente, ensino de História e as crises humanitárias que permeiam o neoliberalismo global compõem a parte final desta obra repleta de contribuições científicas importantes.

Sendo assim, a diversidade de temas de pesquisa histórica aqui abordados deu os subsídios necessários para que o presente livro possa vir a contribuir para a formação de iniciantes no universo das Ciências Humanas ou o aprofundamento de questões empíricas sob as quais trabalham professores e investigadores mais experientes. Esse mosaico de produções acadêmicas agrega também a possibilidade de circular em diferentes setores da sociedade que estão comprometidos com o interesse público e a necessária ponderação sobre cidadania nos tempos atuais.

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* apresenta verificada densidade teórica e metodológica, perceptível nas considerações feitas por autores que destemidamente demonstraram que o conhecimento histórico, pautado em estudos sérios e consequentes, continua sendo possível e indispensável no mundo que vivemos.

Joachin Azevedo Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS PARA UMA TRANSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JURÍDICO NO PERÍODO MONÁRQUICO	
Marcus Vinícius Duque Neves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202091	
CAPÍTULO 2	13
A FESTA DA SANTÍSSIMA TRINDADE NO HOSPITAL LÁZAROS: DEVOÇÃO E PARADOXO	
Márcia Valéria Teixeira Rosa	
Dijavan Mascarenhas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202092	
CAPÍTULO 3	27
LUTAS CONTRA A ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL E A IMPUNIDADE NO CEARÁ DO SÉCULO XIX	
Antonia Márcia Nogueira Pedroza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202093	
CAPÍTULO 4	38
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: MULHERES NEGRAS, HISTÓRIA E IDENTIDADE	
Edineide Jorge dos Santos	
Maria Jorge dos Santos Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202094	
CAPÍTULO 5	50
ARANDO O TORTO DESTINO DOS DESCENDENTES DE ESCRAVIZADOS NO BRASIL	
Maurício José de Faria	
Regina Aparecida de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202095	
CAPÍTULO 6	61
JOSEPH KI-ZERBO E CLÓVIS MOURA: TRAJETÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS ATLÂNTICAS	
Elio Chaves Flores	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202096	
CAPÍTULO 7	75
A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO	
Jochua Abrão Baloi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202097	

CAPÍTULO 8	89
A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININA NO PIAUÍ (1900-1930): ESCOLA NORMAL COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEMININA	
Lorena Maria de França Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202098	
CAPÍTULO 9	100
ENTRE MEMÓRIAS E DISCURSOS: A ESTRUTURA DA NARRATIVA DE <i>O CHORO</i> , DE 1936, E SUAS CORRELAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DA MÚSICA URBANA BRASILEIRA	
Denis Wan-Dick Corbi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202099	
CAPÍTULO 10	111
CIDADE E MÚSICA: ESPAÇO E OBJETO DE RELAÇÃO DE MEMÓRIA	
Angela Maria da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020910	
CAPÍTULO 11	119
AS MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ (1950 A 1970)	
Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020911	
CAPÍTULO 12	131
ENTRE O BARROCO E O MODERNO: REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NA PINTURA DE YARA TUPYNAMBÁ	
Marcelo Cedro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020912	
CAPÍTULO 13	172
O ENSINO DE HISTÓRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS	
Nathalia Vieira Ribeiro	
Darcylene Pereira Domingues	
Júlia Silveira Matos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020913	
CAPÍTULO 14	182
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA JURÍDICA: ESTADO DA ARTE	
Maria Aparecida de Almeida Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020914	
CAPÍTULO 15	192
DOGMA 95: A FESTA DOS IDIOTAS E A CRISE DA ARTE NA PÓS-MODERNIDADE	
Felipe Monteiro Pereira de Araújo	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020915>

CAPÍTULO 16..... 204

DA SUBJETIVIDADE À FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: UMA INVESTIGAÇÃO
A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Fabício de Oliveira Farias

Flávia Ferreira Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020916>

CAPÍTULO 17..... 215

RELIGIOUS FREEDOM, A HUMAN RIGHT IN CRISIS

Maria Helena Guerra Pratas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020917>

CAPÍTULO 18..... 225

TEMPO E CRISE NO 2º GOVERNO DE VARGAS: UM OLHAR A PARTIR DO
PENSAMENTO DO INTELLECTUAL HÉLIO JAGUARIBE

Cleber Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020918>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 7

A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO

Data de aceite: 01/09/2022

Jochua Abrão Baloi

Universidade São Tomás de Moçambique

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado angolano e moçambicano, que concorreram para a concepção de uma ditadura democratizada. O argumento central que o norteia é que a maior parte dos países africanos, no geral não possui uma história de descolonização nem um período de independências que se acompanhou por uma democratização *per si*, portanto, a construção dos Estados pós-independências na maior parte destes países, só era possível através da criação de um poder centralizado patente num único partido, onde Angola e Moçambique não constituem exceção. Para secundar este argumento, avança-se a premissa segundo a qual em países com uma democracia em construção, coexistem no mesmo espaço territorial vários modelos democráticos, democracias locais e até mesmo práticas antidemocráticas, que variam dentro das diferentes escalas nacionais. Ao se analisar os preceitos legais no caso dos dois países em análise denota-se que foi a partir de 1975, que se fundou o Estado pós-colonial, a Primeira República dos dois países que herdaram o centralismo político da estrutura colonial portuguesa de gestão centralizada que continua até aos dias de hoje. A partir de uma abordagem qualitativa e multidisciplinar centrada na história

política de Moçambique e de Angola, este artigo conclui que Moçambique e Angola possuem no seu sistema de governo uma democracia com um véu de ditadura, a olhar o centralismo político adotado pela Frelimo e pelo MPLA.

PALAVRAS-CHAVE: Centralismo Político; Democracia, Ditadura, Estado.

THE DEMOCRATIZED DICTATORSHIP: THE HISTORICAL MATRICES OF POLITICAL CENTRALISM IN THE CONSTRUCTION OF THE ANGOLAN AND MOZAMBICAN STATE

ABSTRACT: This article comes about with the objective of analyzing the historical matrices of political centralism in the construction of the Angolan and Mozambican State, which contributed to the conception of a democratized dictatorship. The central argument that guides this article is that, most African countries, in general, do not have a history of decolonization or a period of independence that was accompanied by democratization *per se*. Therefore, the construction of post-independence States in most of these countries was only possible through the creation of a centralized power patent in a single party, where Angola and Mozambique are not exception. To support this argument, can be advanced a premise according to which in countries with a democracy under construction, several democratic models, local democracies and even anti-democratic practices coexist in the same territorial space, which vary within different national scales. When analyzing the legal precepts in the case of the two countries under analysis, it is noted that it was from 1975 onwards

that the post-colonial State was founded, the First Republic of the two countries that inherited the political centralism of the Portuguese colonial structure of centralized management, which continues until nowadays. From a qualitative and multidisciplinary approach focused on the political history of Mozambique and Angola, this article concludes that Mozambique and Angola have in their system of government a democracy with a veil of dictatorship, looking at the political centralism adopted by Frelimo and the MPLA.

KEYWORDS: Political Centralism, Democracy; Dictatorship; State.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho põe em pauta a análise das matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado angolano e moçambicano, que concorreram para a concepção de uma ditadura democratizada nos seus sistemas de governo. O seu argumento central é que a maior parte dos países africanos, no geral não possui uma história de descolonização nem um período de independências que se acompanhou por uma democratização *per si*, portanto, a construção dos Estados pós-independências na maior parte destes países, só era possível através da criação de um poder centralizado patente num único partido, onde Angola e Moçambique não constituem exceção.

A hipótese explicativa para esta problemática é que tanto em Moçambique como em Angola existem nos seus sistemas de governo, vários modelos democráticos, a olhar como o centralismo político caracteriza as instituições políticas, que levam à prática antidemocráticas, como é o caso da ditadura democratizada.

Para efeito, depois da luta armada pela descolonização, tanto Moçambique como Angola alcançam a independência em 1975, antecedido por um acordo, que para Moçambique se denominou Acordo de Lusaka, assinado em Lusaka, capital da Zâmbia em setembro de 1974, e para Angola se denominou Acordo de Alvor, assinado em Alvor, Portugal, em janeiro de 1975.

Os dois acordos pretendiam por um lado, reconhecer Moçambique e Angola como países livres do jugo colonial e por outro lado, mostravam a derrota por completo do governo colonial português ao reconhecer o direito à autodeterminação e à independência destes dois países. Ademais, estes dois acordos definiram o fim da luta pela descolonização e instauraram um período de transição para a construção de um Estado independente, cujo resultado foi o prelúdio de um longo período de centralismo político, guerra civil, fracasso na construção do Estado na Primeira República, autoritarismo e ditadura democratizada, que se vê até aos dias de hoje.

A construção metodológica que norteia este artigo comporta uma simbiose de vários métodos (Qualitativo, Monográfico, Histórico, Bibliográfico e o *Process Tracing*), aliando-os ao hermenêutico reflexivo para o alcance efetivo do referencial teórico e histórico da ditadura democratizada em Moçambique e Angola, analisada sob ponto de vista das matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado Moçambicano e Angolano.

Este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e conclusão. Na primeira, apresenta-se uma resenha sobre a herança colonial de uma estrutura centralizada nos dois países em observação. Na segunda, levanta-se um debate sobre o ensaio na construção do Estado centralizado sob liderança da Frelimo e do MPLA, e por fim faz-se uma análise do processo da ditadura democratizada em Moçambique e em Angola.

2 | A HERANÇA COLONIAL DE UMA ESTRUTURA CENTRALIZADA EM MOÇAMBIQUE E EM ANGOLA

A história de Moçambique e de Angola se confundem relativamente ao seu passado colonial. Em Angola, a chegada dos portugueses aconteceu a quando do desembarque de colonos portugueses entre 1483 e 1485, sob guia de Diogo Cão, contudo, o processo da colonização *per sí* se deu mais tarde em 1575, quando cerca de 400 colonos sob liderança de Paulo Dias Nivais fundam Luanda.

Relativamente a Moçambique, na sua viagem à Índia, Vasco da Gama pisa o solo moçambicano em 1498 e fora atraído pelo ouro que seria uma matéria-prima para a aquisição de especiarias asiáticas muito apreciadas na Europa. Foi neste período que ele se fixa no litoral de Moçambique nos inícios do século XVI, construindo as fortalezas de Sofala em 1505 e a de Ilha de Moçambique em 1507 (UEM, 1982), com o intuito de controlar o escoamento do ouro.

Diante das várias atrocidades cometidas pelo colonialismo português, surgiu no seio do povo moçambicano e angolano, um sentimento de revolta e rebeldia, que emergiu no brado pela valorização da sua cultura, na preservação das suas características identitárias e acima de tudo libertar Moçambique e Angola do jugo colonial (BALOI, 2021).

Relativamente à Angola, a independência é conquistada a 11 de novembro de 1975, após sangrentas lutas entre as tropas portuguesas e os movimentos nacionalistas. Deve notar-se que em Angola o início da luta pela independência iniciou a 4 de fevereiro de 1961, quando “nacionalistas angolanos atacaram as prisões do governo colonial português, e em 15 de março do mesmo ano, em Cabinda, outro grupo de nacionalistas executou inúmeros portugueses” (António, 2013, p. 23). Estes fatores foram marcos para a história do povo angolano que deram como distintivo o início da luta armada para a libertação nacional, que só foi possível o alcance da independência em 1975.

Este grupo e/ou movimentos nacionalistas que lutaram para o alcance da independência em Angola foram: o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por António Agostinho Neto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), sob liderança de Holden Roberto, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Malheiro Savimbi.

A despeito disto, a

guerra iniciada por estes movimentos contra o regime colonial acentuou a

crise econômica e política em Portugal, porquanto a produção e a circulação de petróleo, café, algodão e diamante angolanos que, em grande parte, sustentavam Portugal tornaram-se mais difíceis em função da guerra pela independência (ANTÓNIO, 2013, p. 5).

Para o caso moçambicano, a independência é conquistada antes da Angola, a 25 de Junho de 1975, antecedida por uma luta armada pela descolonização. A rigor, a luta pela independência de Moçambique iniciou em 25 de setembro de 1964, três anos depois de Angola, encabeçada pela FRELIMO, como movimento de libertação que uniu vários movimentos que lutavam contra a ocupação colonial nessa época, é o caso da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU), e a União Africana para Moçambique Independente (UNAMI) (BRITO, 1988; MUNSLOW, 1983; MANNING, 2007).

Importa ressaltar que a FRELIMO para o caso moçambicano, como um movimento revolucionário lutava contra a ocupação de Moçambique pela sua colônia, Portugal e a FRELIMO fundou-se como uma frente no sentido de, por um lado, era uma organização resultante da unificação daqueles três movimentos nacionalistas (UDENAMO, MANU e UNAMI), e por outro lado, era uma aliança de diferentes grupos e classes sociais, nomeadamente: trabalhadores, camponeses, e uma pequena burguesia, todos eles com interesse variados, mas com um ideal comum, de lutar contra o colonialismo português (MUNSLOW, 1983).

A literatura de destaque sobre a história de Moçambique e de Angola revela que, Moçambique e Angola não teriam enveredado pela luta armada para a libertação nacional, contudo, “as negociações para a descolonização [...] não seguiram a forma pacífica como se era de desejar, daí o recurso à luta armada” (CARVALHO, 2017, p. 354).

Em conformidade com António (2013), para o caso angolano, a pressão internacional e o desgaste causado pela guerra travada nos países africanos, o novo governo reconheceu o direito de independência das colônias, assim como os movimentos nacionalistas (MPLA, FNLA, UNITA).

Esta situação corroborou para a entrada dum período de negociações à luz do Acordo de Alvor assinado em janeiro de 1975. Foi a partir deste período, que em Angola se constituiu um governo de transição, que deveria ser composto por um lado, pelos membros do então governo português e, por outro lado, por aqueles três movimentos nacionalistas.

O Acordo do Alvor previa a realização de eleições democráticas com o escopo de escolher dentre aqueles movimentos, um que governaria o país. Infelizmente, o processo da democratização das eleições estava viciado, e não havia condições para o efeito, facto que concorreu para que aqueles movimentos continuassem com o ensejo de chegar e manter-se no poder pela força das armas (ANTÓNIO, 2003).

É claro que cada um destes movimentos tinha um apoio internacional. O MPLA tinha uma orientação marxista-leninista, e recebia um apoio da antiga União Soviética e de Cuba

(Cruz, 2009). Foi o MPLA que ganhou e conduziu Angola para a independência em 1975, tendo recorrido às armas para o alcance desta vitória.

Os outros movimentos que lutavam também pela independência de Angola eram de orientação anticomunista, tendo recebido por um lado a UNITA, o apoio da China, da África do Sul e dos Estados Unidos da América, e por outro lado, a FNLA, recebido o apoio dos Estados Unidos da América e da República Democrática do Congo.

Conforme anteriormente mencionado, Angola sob liderança do MPLA proclamou a independência a 11 de novembro de 1975, promulgando a Constituição Revolucionária de orientação marxista-leninista, tendo sido o seu primeiro presidente, Agostinho Neto. É curioso reparar que, enquanto se proclama a independência em Luanda, descontentes, o líder da UNITA proclama também a independência em Huambo e o da FNLA em Uíngue de forma separada, como protesto contra o líder do MPLA, uma vez não eleito por sufrágio universal. Deve notar-se que enquanto em Angola se alcança a independência do jugo colonial, por outro lado inicia uma guerra civil entre o então governo do MPLA e a UNITA.

Para o caso Moçambicano, a guerra sangrenta e de libertação terminou com a cedência do governo português, no sentido de se firmar um acordo, que ficou conhecido por “Acordo de Lusaka” em 7 de setembro de 1974, que foi assinado e rubricado em Lusaka, capital da Zâmbia, entre o governo colonial português e a FRELIMO, tendo para o efeito sido formado um Governo de Transição, encabeçado por Joaquim Alberto Chissano o mesmo que incluía o empossamento de ministros pelo governo português - representado pelo Alto-Comissário, Almirante Victor Crespo e - outros nomeados pela parte da FRELIMO (CARVALHO, 2017).

A assinatura deste acordo revelava por um lado, a derrota por completo do governo colonial português e por outro lado, o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência de Moçambique e do seu povo sob o jugo colonial. Neste sentido, ficou acordado que o governo português tinha que transferir de forma progressiva o poder de que detinha e o governo da FRELIMO, deveria proclamar a independência total e completa de Moçambique no ano seguinte, portanto, a 25 de junho de 1975.

Apesar de se ter alcançado a independência, vale referir que, a primeira República de Moçambique e de Angola, portanto, o então Estado novo destes dois países, teve uma forte herança colonial do centralismo político que continua até hoje. Por conseguinte, a natureza centralizadora do Estado novo - da FRELIMO e do MPLA - é sucedânea da herança colonial de um centralismo político, que teve continuidade depois da adoção do sistema político socialista logo após o alcance da independência.

A despeito disto, o centralismo político abraçado pela Frelimo e pelo MPLA tem sua génese nas condições históricas e específicas que levaram o país a alcançar a independência. Neste sentido, fazendo uma genealogia da natureza do centralismo político pode-se aduzir que a FRELIMO e o MPLA como estruturas políticas incontrastáveis, herdaram o (i) centralismo usado pelo sistema colonial, em que a gestão central estava

sedeada em Portugal; (ii) o centralismo da disciplina militar aprendida nas lutas de libertação nacional, em que se fundava no comando da FRELIMO e do MPLA e, por fim, herdaram (iii) o centralismo do sistema socialista, que se optou logo após o alcance da independência, em que o partido-Estado, a FRELIMO e o MPLA, eram o guia do povo e do governo (BALOI, 2021).

Deve notar-se que em Angola, logo depois do alcance da independência em 11 novembro de 1975, eclodiu uma guerra civil desencadeada pelos então líderes da UNITA e da FNLA, Jonas Savimbi e Holden Roberto respetivamente contra o então governo formado do MPLA sob liderança de Agostinho Neto, que durou 27 anos (1975-2002).

Em Moçambique, depois da proclamação da independência a 25 de junho de 1975, o Estado moçambicano se estrutura política e economicamente por um centralismo político de partido único, a FRELIMO, seguindo o princípio de radicalismo da esquerda com fins socialistas, quer dizer, um Estado que se queria livre da exploração do homem pelo homem, assente nos princípios do marxismo-leninismo (Machel, 1977). Esta decisão foi tomada a quando da realização do III Congresso da Frelimo em 1977, que ditou as linhas orientadoras do novo Estado.

Esta situação criou descontentamento principalmente por aqueles líderes que esperavam por eleições democráticas. Portanto, houve um grupo de insatisfeitos do mesmo partido Frelimo e estes se integraram-se na Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), sob ajuda não oficial do governo colonial português e do governo da Rodésia (atual Zimbabwe), e fizeram eclodir a guerra civil ou guerra de desestabilização (Minter, 1998), que durou 16 anos (1977-1992).

No caso dos dois países em análise, a escolha do centralismo político tem muitos fatores explicativos. Neste sentido, após a independência, tanto o MPLA como a FRELIMO adotaram uma estratégia para controlar toda a máquina estatal, por receio que a implantação do multipartidarismo permitiria a partilha do poder e/ou os outros grupos poderiam fazer face ao seu predomínio, aliás, poderia conceder expressão política para vários grupos da antiga elite (Baloi, 2021), da UNITA como os dissidentes da FRELIMO, que possuía alguma força no seio da sociedade.

Em suma, pode-se referir que a herança colonial de uma gestão centralizada enfraqueceu e fragilizou a gestão das instituições dos Estados novos, criando efeitos perniciosos relativamente à gestão da coisa pública e ao fornecimento de bens e serviços, que estavam sob gestão central do partido-Estado, a FRELIMO e o MPLA. Portanto, o centralismo adotado pela FRELIMO e pelo MPLA como uma herança colonial da gestão centralizada tinha, ao menos em parte, um fundamento militarista aprendido e consolidado nas lutas de libertação nacional sob o jugo do colonialismo português.

Analisados os fundamentos da história colonial que concorreram para a assunção da estrutura da gestão centralizada em Moçambique, em seguida se analisa o ensaio na construção do Estado pós-independência sob liderança da Frelimo e do MPLA.

31 O ENSAIO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO CENTRALIZADO SOB LIDERANÇA DA FRELIMO E DO MPLA

O processo da descolonização em Angola e em Moçambique não foi acompanhado pela democratização, portanto, os estados criados após a independência eram de poder centralizado e de partido único (Young, 2004).

Para o caso moçambicano, conforme anteriormente mencionado, logo depois da independência, e concretamente em 1977, após o III Congresso, este movimento - FRELIMO - se torna Frelimo, partido político marxista-leninista de orientação socialista (Abrahamsson & Nilsson, 1994; Machel, 1977) e com reconhecimento internacional, assumindo o marxismo-leninismo como ideologia oficial, estabelecendo como ensejo a construção duma nova sociedade que deveria rumar ao socialismo, quer dizer, a uma sociedade que se queria livre de exploração.

A adoção do socialismo como ideologia a seguir foi um elemento que concorreu para o surgimento da guerra civil em Moçambique que durou 16 anos e que teve seu término após a assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma em 1992. Este acordo foi antecedido pela adoção da nova Constituição democrática de 1990, que já previa no seu texto, o multipartidarismo e eleições presidenciais e legislativas que só tiveram lugar em outubro de 1994.

Em Angola, depois de o MPLA proclamar unilateralmente a independência em Luanda, sem o prévio consentimento da UNITA e da FNLA, como maneira de se rebelar, estes movimentos nacionalistas também proclamaram a independência em Huambo e em Uíngé respetivamente. Esta tripla proclamação da independência foi um prelúdio de uma guerra civil entre o MPLA e a UNITA, uma vez que a “FNLA abdicou da guerra e alguns dos principais líderes ingressaram no MPLA, enquanto outros, incluindo o seu presidente, Holden Roberto, partiram para o exílio” (ANTÓNIO, 2031, p.24).

A propósito, a opção pelo socialismo destes dois partidos, em conformidade com Basílio (2010), era de, por um lado, assegurar que houvesse propriedade coletiva e do bem comum fundada na equitativa e justa distribuição de bens e, por outro lado, combater o inimigo capitalista que preconizava a propriedade privada dos meios de produção e a divisão de classes. A orientação socialista abraçada pela Frelimo e pelo MPLA levaria ao triunfo da revolução e na queda do imperialismo pondo fim também à luta de classes.

Em Angola, também houve a mesma percepção ao se assumir o socialismo, quer dizer “o alinhamento do MPLA ao bloco socialista e ao movimento comunista internacional, no entanto, resultou da conjuntura internacional e da necessidade de apoio moral e militar, carentes pelos movimentos de libertação em sua luta contra o colonialismo” (TALI, 2001, p. 166).

Tanto em Moçambique como em Angola, os então partidos libertadores, - valendo-se da política pautada pela ideologia do centralismo político de caris marxista-leninista sob

viés socialista - não admitiam qualquer que fosse a existência e/ou a proliferação de uma outra força política que não se alinhava àquela ideologia, numa demonstração de que tanto a Frelimo como o MPLA constituíam uma força suprapartidária.

Em Moçambique, a Primeira República, portanto entre 1975 a 1990, foi caracterizada pelo fracasso na construção do Estado sob auspícios da Frelimo. Uma vez fracassado o Estado novo, em conformidade com Colaço (2001), houve necessidade de se criar novas relações sociais que acarretavam profundas mudanças, tais como a estatização dos meios de produção, a centralização das decisões no aparelho do Estado, a homogeneização das individualidades, o que exigia um Estado forte, apoiado no partido, no exército e uma máquina burocrática também muito forte.

No entanto, como o Estado moçambicano na sua estrutura era demasiado fraco institucionalmente e ineficaz na implementação de políticas públicas, a sociedade civil rural acabou por sobrepor-se ao Estado (Chabal, 1991) na gestão principalmente das comunidades rurais onde era quase impensável a presença do Estado.

Em Angola, a Primeira República, portanto entre 1975 a 1991, foi caracterizada pelo fracasso na construção do Estado sob liderança do MPLA. Depois da morte de Agostinho Neto em 1979, a hegemonia do MPLA foi sempre ameaçada pelo seu rival, a UNITA. Depois da Morte de Agostinho Neto a 10 de setembro de 1979 e a imediata ascensão ao poder de José Eduardo dos Santos, a situação política em Angola esteve fora de controle, ocorrendo um impasse, posto que a UNITA não conseguia tirar do poder o MPLA, e por sua vez o MPLA não conseguia dominar a UNTA fora das cidades.

Ademais, os estudos de Vidal (2008, p. 17) atestam que “todas as anteriores características do sistema foram mantidas - autoritarismo, princípios de rectificação (*i.e.* restrições à filiação partidária), inter-penetração das estruturas estatais e partidárias e controlo político do sistema judicial”. Quer dizer, José Eduardo dos Santos manteve-se fiel às ideias do seu antecessor, por conta de não aceitar nenhum pressuposto da democracia, muito menos da partilha do poder.

Ademais, na Primeira República, em Angola havia uma fragmentação territorial com regiões inacessíveis por conta da guerra entre a UNITA e o MPLA. Portanto, o autoritarismo, a existência de um único partido guia do povo e do governo, a proliferação no seio da sociedade de uma mentalidade guerreira eram aspetos sonantes.

Estes elementos concorreram para que em Angola, durante esse período se intensificasse a guerra, erigida pela bipolaridade MPLA e UNITA, que em conformidade com Queiroz (2017), este conflito se reduzia a um artefato de Guerra-Fria, donde a eliminação de ajuda externa concorria para a sua redução. Como consequência da guerra e do dissenso, houve neste período problemas de o Estado angolano prover os serviços públicos básicos.

Por causa da pressão internacional e, uma vez iniciada a terceira onda das democratizações (Huntington, 1994) havidas no mundo em geral e na África em particular nesse período, o MPLA foi à mesa das negociações com vista a aceitar o multipartidarismo

e a bem dizer, a salvaguarda aos direitos e liberdades dos cidadãos.

A aceitação para as negociações teve como corolário, a aprovação e adoção da nova Constituição da República que tinha princípios democráticos, decidida no acordo de Bicesse assinado entre o MPLA e a UNITA a 31 de maio de 1991 sob liderança de Portugal, EUA e União Soviética. Deve notar-se que numa tentativa de acabar com a guerra civil em Angola, em 1989 tanto a UNITA como o MPLA procuraram um acordo que pusesse fim às hostilidades.

Em conformidade com António (2013), o Acordo de Bicesse

permitiu uma profunda revisão constitucional: definiu o país como um Estado democrático de direito; alterou o nome do país de República Popular de Angola para República de Angola; consagrou constitucionalmente os direitos fundamentais e os princípios básicos de uma economia de mercado; prescreveu o fim do monopartidarismo e autorizou a criação de novos partidos políticos e organizações da sociedade civil; e definiu eleições legislativas e presidenciais para 1992 (ANTÓNIO, 2013, p. 25).

Na verdade, as primeiras eleições democráticas, legislativas e presidenciais em Angola aconteceram em 1992, e “Jonas Savimbi rejeitou os resultados das eleições sob a alegação de ter havido fraude generalizada e retomou às armas” (Messiant, 2008, p. 34), eclodindo desta feita uma outra guerra civil em Angola.

O acordo de Bicesse em Angola - à semelhança do Acordo Geral de Paz de Roma para Moçambique - previa não só a concepção de uma nova Constituição e integração das Forças da UNITA ao exército nacional, como também a calendarização das eleições multipartidárias. Apesar de ter havido inicialmente um certo otimismo na ideia geral deste acordo, contudo, em pouco tempo, revelou suas fragilidades.

O ressurgimento da guerra civil em conformidade com (Gomes, 2009) era de esperar posto que, tanto a UNITA como o MPLA não tinham abandonado o seu *modus vivendi* de hegemonia e exclusividade. Ademais, ambos partidos e seus líderes não tinham nas suas agendas a ideia de comprometimento para a paz e para a reconciliação, muito menos a ideia da democratização.

Neste diapasão e conforme descrito acima, a Primeira República moçambicana como a angolana, portanto, foram caracterizadas pela violação dos direitos humanos preconizados pela guerra civil, pela falta de princípios democráticos, pelo autoritarismo e sistema de partido único e pela assunção do socialismo como ideologia política a seguir. A despeito da abertura política deflagrada na Segunda República, grande parte destas características se mantiveram é o caso da ditadura democratizada patentes nestes dois países, como se explora a seguir.

4 | A DITADURA DEMOCRATIZADA EM MOÇAMBIQUE E EM ANGOLA

Os estudos sobre a história política e sobre a transitologia em Moçambique e em

Angola referem que a partir de 1990 verificou-se uma tentativa camuflada de transição do socialismo para a democracia com um véu de ditadura (OTAYEK, 2007; ANTÓNIO, 2013; YOUNG, 2004; BUSSOTTI, 2015).

No caso dos países em observação, a transição política aconteceu num momento em que ao nível do mundo e em especial, na África subsaariana surgiu a terceira onda da democratização (Huntington, 1994), e para não ficarem alheios a isso, apesar de continuarem na sua maior parte com os modelos autoritários centralizados abraçaram a democratização.

Ao analisar-se a democracia abraçada por Moçambique e Angola neste período até aos dias de hoje é fácil perceber que apesar de serem países com uma democracia em construção, coexistem no mesmo espaço territorial vários modelos democráticos: democracias locais e até mesmo práticas antidemocráticas, que variam dentro das diferentes escalas nacionais (Baloi, 2021). Logo, ao nível das escalas mais baixas da organização administrativa destes dois países coexistem práticas que remetem a um mix democrático ou a uma “demo diversidade”, quer dizer, há uma coexistência pacífica ou conflitual de diferentes modelos e práticas democráticas, que Young (2004) designou de “democracias virtuais” ou “semidemocracias”.

A bem dizer, a transição do socialismo para a democracia havida a partir da década de 1990 constituiu um instrumento político e institucional para a sua conversão na ordem democrática sem que a natureza autoritária e ditatorial fosse posta em causa, isto é, estes países procuraram “mudar tudo para que nada mude” (Otayek (2007, p. 133), quer dizer, procuraram abraçar formalmente a democracia para não serem alheios ao que acontecia na maior parte dos países, para não pôr em causa o condicionante da ajuda externa (Faria & Chichava, 1999), mas na prática continuaram com os pressupostos de um Estado autoritário centralizado.

No caso de Moçambique, ao que tudo parece, na realidade nunca houve vontade da parte do governo para democratizar, posto que por um lado, o então governo da Frelimo não tinha confiança com a oposição, a RENAMO, antigo inimigo, e foi forçado a democratizar por causa da condicionante da ajuda externa. Portanto, após o V Congresso realizado em 1989 e verificando-se que a então URSS e os países do bloco leste asiático não conseguiriam jamais dar ajuda a Moçambique, então elaborou-se um anteprojeto de lei - dentro de dissensos entre os membros da Frelimo- para a revisão global da Constituição de 1975. Este anteprojeto só veio a ser aprovado em novembro de 1990, dando lugar à Constituição de 1990, que marcou a transição formal para o Estado de direito democrático (Baloi, 2021).

Ademais, a Constituição de 1990 foi um prelúdio para Moçambique avançar uma série de emendas constitucionais que deram lugar à assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma em 1990, conforme anteriormente mencionado, que ditou, por um lado, o fim da guerra civil e por outro lado, ditou a realização das primeiras eleições legislativas e

presidenciais de 1994.

Para o caso de Angola, o então governo do MPLA também a opção pela democracia não surgiu por iniciativa própria, mas sim foi consequência da confluência de fatores endógenos e exógenos (António, 2013). No concernente aos fatores exógenos verificou-se na altura, a falência da então URSS e o conseqüente fim da Guerra Fria havida em 1989, e isto concorreu para que a URSS e os EUA cessassem os apoios que davam ao MPLA.

Foi a partir daqui que se assinou o Acordo de Bicesse que ditou o fim do primeiro período da guerra civil (1975-1991). Em 1992 realizaram-se as primeiras eleições democráticas precedidas pelo segundo período da guerra civil (1992-1994). Entre 1994 a 1998 houve um período de pequena estabilidade, mas logo a seguir veio o terceiro período de guerra civil (1998-2002).

Relativamente aos fatores endógenos, constatou-se em Angola que a guerra desencadeada pela UNITA tinha desgastado a maior parte da sociedade, e neste período foi também importante o papel das Organizações da Sociedade Civil e das Igrejas para ajudar o país a chegar a uma negociação para paz.

Considerando o contexto acima, pode-se inferir que tanto em Angola como em Moçambique existe uma ditadora que funciona em nome de democracia que no contexto desta pesquisa se apelida de “ditadura democratizada”, posto que o regime democrático implantado nestes dois países não tem as mesmas características da democracia proposta pelos grandes teóricos da democracia moderna, como Joseph Schumpeter no seu livro *“Capitalismo, Socialismo e Democracia”*, Robert Dahl no livro *“Prefácio à Teoria Democrática”* e Anthony Downs no seu livro *“Uma Teoria Econômica da Democracia”*.

As aceções da democracia implantada em Moçambique e em Angola estão longe da democracia referida por estes teóricos, a olhar pela maneira como o poder político é gerido, que somente está nas mãos dos partidos libertadores (Frelimo e MPLA) e que faz sentido, pelo menos para os líderes e apoiantes destes partidos, que a oposição não vença as eleições em honra dos heroicos fundadores dos próprios partidos (BALOI, 2021).

Estes elementos concorrem para se apelidar, pelo menos para esta pesquisa, o sistema de governo implantado nestes dois países de ditadura democratizada, facto devido pela maneira como os processos políticos são conduzidos, a tendência da centralização dos poderes em pleno processo de descentralização, e a fraude eleitoral enveredada por estes dois partidos.

A despeito disto, a maior parte dos estudos revela que tanto em Moçambique como em Angola, existe uma democracia bloqueada por um lado, quer dizer, aquela em que “as instituições legais encontram-se numa situação de impasse, por causa de diversos fatores, por exemplo um empate nas eleições entre as duas principais forças políticas ou supostas fraudes eleitorais que levaram a uma crise política” (Bussotti, 2015, p. 3) e ao surgimentos de tensões militares que ameaçam a paz, e por outro lado, uma democracia bipolar, onde desde as primeiras eleições multipartidárias, o sistema eleitoral teve tendência de no caso

moçambicano, a Frelimo e a Renamo e no caso angolano, o MPLA e a UNITA serem os únicos partidos a disputarem o poder político e a terem a maioria de assentos no parlamento.

A concordar com Baloi e Bussotti, Queiroz (2017) afirma que Moçambique e Angola constituem um dos países não só ao nível de África, como também ao nível do mundo, com uma democracia paralisada entre a transição e a consolidação, e deveras com um regime misto, ao combinar no seu sistema de governo, uma mistura entre a ditadura e a democracia, já que nem a Frelimo nem o MPLA, partidos no poder, não tencionam largar nem à risca o poder político, que o detém desde a sua independência em 1975.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou que a herança colonial de uma gestão centralizada, o dirigismo socialista e o militarismo aprendido nas lutas pelas descolonização enfraqueceram e fragilizaram a gestão das instituições do Estado moçambicano e angolano, criando efeitos perniciosos relativamente à construção dos Estados democráticos após a proclamação da independência.

Ademais, a opção pelo socialismo como ideologia seguida por Moçambique e Angola teve como consequência, o fracasso na criação dos estados novos e acima de tudo a eclosão da guerra civil, que retrocedeu o desenvolvimento destes países, a analisar pelos efeitos que esta teve não só em Angola e em Moçambique, como também nos países vizinhos.

Verificando-se que a opção pelo socialismo teve como efeito imediato, a guerra civil, então foi a partir de 1990 que Moçambique e Angola adotam uma nova Constituição democrática e que teve como efeito, a assinatura em Angola do Acordo de Bicesse em 1991, e em Moçambique, a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma em 1992, que visavam pôr término à guerra civil.

Estes dois acordos foram importantes em parte para a concepção da democracia formal em Moçambique e em Angola, contudo, a olhar como a Frelimo e o MPLA controlavam e controlam o poder, pode-se criar a ilusão de que, estes acordos tinham a sua fragilidade, uma vez que pretendiam acabar com a guerra, contudo, não se criaram estruturas específicas para o alcance da paz efetiva, e em Angola, logo em seguida brotou uma outra guerra civil.

No bojo desta colocação, além de se criar uma democracia em que há alternância do poder, o que se verifica pelos menos nos dois países em análise é uma ditadura camuflada de democracia que cria efeitos perniciosos, que para efeito deste artigo se apelida de ditadura democratizada.

Em suma, o estudo sobre as matrizes históricas do centralismo político na construção do Estado angolano e moçambicano revelou que estes dois países abraçaram o centralismo político aprendido do próprio colonizador, aperfeiçoado no militarismo das

lutas pela independência e adotado no período socialista. Portanto, este artigo conclui que Moçambique e Angola possuem no seu sistema de governo uma democracia com um véu de ditadura, a olhar o centralismo político adotado pela Frelimo e pelo MPLA na gestão do país.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, H. & NILSSON, A. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Padrigu-CEEI-ISRI, 1994.

ANTÓNIO, N. D. *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola*. 182f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BALOI, J. A. *A Descentralização Político-Administrativa no Contexto de um Estado Unitário: Uma Análise a Partir de Moçambique (1998 - 2018)*. 2021. 282f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BASÍLIO, G. *O Estado e a Escola na Construção da Identidade Política Moçambicana*. 2010. 249f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

BRITO, L. de. Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO, *Politique Africaine*, Vol. 29, 1988.

BUSSOTTI, L. A Gestão do “Risco Político” na Democracia Moçambicana: Análise e Perspectivas. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 20, jan. 2015. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235557/28524>. Acesso em: 27 out. 2021.

CARVALHO H. S. S. de. *A Democracia Moçambicana: Construção, Desafios e Perspectivas*. 2017. 791f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2017.

CHABAL, P. *O Ideal Socialista em África*. In: Soronda, INEP, nº. 12, 1991.

COLAÇO, J.C. Trabalho como Política em Moçambique: do Período Colonial ao Regime Socialista. In: FRY, P. (Org.). *Moçambique Ensaio*; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CRUZ, F. J. J da. *Construção do estado-nação de Angola: visão dos exilados*. Ipatinga: Nguvulu Editora, 2009.

FARIA, F. & CHICHAVA, A. *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*, Documento de Reflexão n.º 12, Maastricht, European Centre for Development Policy Management (ECDPM), 1999.

GOMES, C.A. *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. 464f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

HUNTINGTON, S. P. *A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

MACHEL, S. M. *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular*. Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso. Maputo, 1977.

MANNING, C. L. *The Politics of Peace in Mozambique*. Westport: Connecticut, 2002 apud BUSSOTTI, L. *A Gestão do “Risco Político” na Democracia Moçambicana: análise e perspectivas*. Estudos de Sociologia, [S.l.], v. 2, n. 20, jan. 2015. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235557/28524>. Acesso em: 15 out. 2021.

MESSIANT, C. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. In: O processo de transição para o multipartidarismo em Angola. Luanda e Lisboa: *Firmamento & Livraria Nobel*, 2008.

MUNSLOW, B. *Mozambique: The Revolution and its Origins*. New York: Longman, 1983.

OTAYEK, R. A descentralização como modo de redefinição do poder autoritário? Algumas reflexões a partir de realidades africanas, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 77 | 2007, colocado online no dia 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/793>. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.793>. Acesso em: 20 set. 2021.

QUEIROZ, T.de O. *Trajetórias democráticas e estratégias de liberalização política: a evolução da democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa no pós-guerra fria*. 322f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TALI, J-M. M. *Dissidência e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM). Departamento de História. *História de Moçambique Volume 1: Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores*, Maputo: Cadernos TEMPO, 1982.

VIDAL, N. *Multipartidarismo em Angola*. In: *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa: Firmamento & Livraria Nobel, 2008.

YOUNG, C. The End of the Post-colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics. *African Affairs*, 103 (410), p. 23-49, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 48, 53, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 79, 82, 84, 86, 87, 121

Alagoas 39

Angola 63, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Arquivologia 13

C

Cativeiro 27, 33, 58

Ceará 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 123

Clóvis Moura 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Código criminal 27, 29, 31

Cotidiano 6, 35, 36, 55, 57, 95, 114, 115, 118, 229

D

Democracia 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Descendentes de escravizados 50, 55, 56, 59, 60

Diáspora 61, 62, 72, 73, 74

Direito 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 32, 35, 42, 52, 54, 55, 57, 58, 76, 78, 79, 83, 84, 87, 89, 97, 126, 143, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 208, 225

Ditadura 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 150

E

Encantado 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 101, 105, 107

Escravidão 2, 3, 4, 7, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 162

Escravizados 27, 31, 32, 33, 34, 35, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 70

F

Formação docente 2, 89, 91, 98, 186, 187

Fredick Barth 44

Frei Antônio do Desterro 15, 16, 18

H

História 1, 2, 1, 2, 12, 13, 25, 27, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 87, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 150, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 192, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 225, 231, 233

História cultural 139, 170, 180, 233

História da arte 13, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 202

História da educação 179

História da música 2, 102, 103, 105

História das mulheres 2, 119

História social 27, 36, 37, 74, 104, 137, 140

Historiografia 4, 61, 62, 63, 64, 72, 74, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 131, 135, 140, 166, 169, 180, 233

I

Identidade étnica 38, 39, 41, 45, 46, 47, 48

Instituições 1, 4, 11, 59, 65, 66, 67, 72, 76, 80, 85, 86, 89, 122, 125, 150, 178, 182, 183, 188, 189, 195, 204, 207, 212, 213

Itamar Vieira Jr. 50

J

James Scott 32

Joseph Ki-Zerbo 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

L

Lepra 14, 15, 23

Liberalismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 229

Libertos pobres 27, 31, 33

M

Max Weber 44

Memória 17, 25, 39, 40, 48, 49, 63, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 129, 132, 133, 154, 159, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 179, 180

Moçambique 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Monarquia 1, 3, 5, 8, 10, 11

Mulheres negras 38, 39, 41, 47

P

Pe. Antônio Vieira 59

Política 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 18, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 64, 65, 69, 71, 72, 73, 75, 78,

80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 109, 119, 129, 149, 170, 176, 184, 195, 204, 210, 213, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Positivismo 3, 4, 183, 189

Pós-modernidade 192, 197, 198, 200, 201, 202, 203

Práticas jurídicas 1

Q

Quilombolas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48

R

Resistência 2, 30, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 53, 71, 72, 80, 197, 198, 209, 211

Rio de Janeiro 11, 12, 13, 14, 15, 25, 26, 35, 36, 37, 48, 49, 60, 73, 74, 87, 100, 107, 109, 110, 130, 132, 143, 146, 168, 169, 180, 190, 191, 202, 203, 209, 213, 214, 225, 226, 231, 232

S

Século XIX 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 27, 33, 36, 37, 38, 40, 53, 62, 68, 71, 91, 97, 101, 112, 113, 135, 142, 143

T

Thomas Driendl 13, 22, 23

Torto Arado 56, 57

Y

Yara Tupinambá 133, 146, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 169

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS

